



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA
Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100



Aviso de

COMPRAS DIRETA

90014/2025

080290

Contratação de Aquisição de materiais permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico

29.404,77

12/08/2025

09 até 15h (horário de Brasília)



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Aviso de Contratação 11/2025

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 90014/2025

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90014/2025

(Processo Administrativo n.º 015.00375230/2025-18)

Torna-se público que o(a) *Diretoria de Ensino Região de Americana*, por meio do(a) *Núcleo de Compras e Serviços (NCS)*, localizado a *Rua Duque de Caxias, 600, bairro Santa Catarina/ SP, CEP: 13.466-320* realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, *caput*, *inciso ...*, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observando a disciplina do referido diploma legal, do Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, e demais normas da legislação aplicável, e, ainda, as condições estabelecidas neste Aviso e em seus Anexos, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

Data da sessão: 12/08/2025

Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00

Link: *Compras.gov* (www.gov.br/compras.)

Critério de Julgamento: *menor preço*]

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2025	80290-ESP-DIR.ENS.-REG.AMERICANA	REGINALDO JOSE GARNICA	31/07/2025 11:04 (v 1.1)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		015.00375230/2025-18

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1. O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de materiais permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo

Pedagógico., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

1. *Sendo estabelecido na documentação que compõe este Aviso que o objeto desta dispensa eletrônica contém mais de um item, será facultado ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.*
2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. REGISTRO DE PREÇOS

2A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, *bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.3. Em relação às regras aplicáveis à presente dispensa eletrônica concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.3.1 *Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.5), nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

3.3.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.5) que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3. 4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);

3.4.2. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021 ;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.4.3.2. O impedimento de que trata a alínea “c” acima será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.5. Não poderão participar desta dispensa de licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. Não poderão participar desta dispensa de licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADAST

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item 4.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o Contratado.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo que constar da planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto a ser contratado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991;
5. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição [Federal](#).

4.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.5) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado no item 4.9.1 subsequente.

1. *Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.5) que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*
2. *Na hipótese de se verificar a exceção especificada na subdivisão anterior, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o fornecedor deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.*
3. *O fornecedor organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.5) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por

meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo *valor unitário conforme o critério de julgamento definido no início deste Aviso* relativo ao item.

5.3. *O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.*

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, é de:

- R\$ 8,76 (oito reais e setenta e seis centavos) para o item 1;
- R\$ 38,19 (trinta e oito reais e dezenove centavos) para o item 2,
- R\$ 14,88 (quatorze reais e oitenta e oito centavos) para o item 3;
- R\$ 12,12 (doze reais e doze centavos) para o item 4;
- R\$ 6,08 (seis reais e oito centavos) para o item 5;
- R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) para o item 6;
- R\$ 11,25 (onze reais e vinte e cinco centavos) para o item 7;
- R\$ 24,69 (vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos) para o item 8;
- R\$ 13,09 (treze reais e nove centavos) para o item 9.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do *menor lance* registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

6.1.1. Na hipótese a que se refere a subdivisão acima, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o *menor preço*, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer *acima do preço* definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada de documentos complementares, quando necessários.

6.3.1. Além da documentação supracitada, considerando que o custo global estimado do objeto da dispensa eletrônica é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Aviso, o fornecedor com a melhor proposta será convocado para encaminhar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.4 deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1. Sicaf;
2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.5. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado que tenha sido definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus Anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta ou lance que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Além das disposições acima, a análise de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:

6.10.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, aquele que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe este Aviso), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento da subdivisão acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do Sicaf, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de *02 (dois) dias* sob pena de inabilitação (art. 17, § 2º, do Decreto estadual nº 68.304, de 2024).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.10. A disciplina dos recursos, da adjudicação e da homologação encontra-se no item 12 deste Aviso.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A disciplina deste item 8 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

10. CONTRATAÇÃO

10.1.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, sua formalização ocorrerá mediante recebimento de todas as documentações por parte da empresa (incluindo Declarações em anexo) e emissão de Nota de Empenho

10.1.2. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.1.3. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

10.1.4. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

10.1.5. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.4 deste Aviso.

10.1.6. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

10.16.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

10.1.7. O fornecedor deverá manter as condições de habilitação e contratação previstas neste Aviso durante a vigência da contratação.

10.1.8. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na documentação que integra este Aviso.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

10.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

10.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

10.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Aviso e seus Anexos e à sua proposta;

10.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

10.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

10.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nas subdivisões anteriores ficará sujeito às seguintes sanções, após regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

- a.) Advertência pela falta do item 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa:
1. Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 2. Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 3. Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
 4. Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 11.1.3, de 10% a 30% do valor do Contrato.
 5. Para infração descrita no subitem 11.1.2, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
 6. Para infrações descritas nos subitens 11.1.4 a 11.1.6, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
 7. Para infrações descritas no subitem 11.1.7, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
 8. Para a infração descrita no subitem 11.1.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

b.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste instrumento, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

- c. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das infrações previstas nos itens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos itens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos casos dos itens 11.1.2 a 11.1.7 que justifiquem a imposição da penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, § 9º, [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa (art. 156, § 7º, [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este Aviso, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, [da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 11.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa

jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente Aviso com uma nova data;

b) contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que tenha ofertado a melhor proposta em pesquisa de preços que tenha servido de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço;

c) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam ajustar suas propostas ou sanear a documentação necessária à sua habilitação, conforme o caso.

12.1.1. No caso da alínea “b” da subdivisão anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.2. As providências das alíneas “a” e “b” da subdivisão anterior também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.2. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.

12.2.1. O recurso contendo as razões recursais deverá ser apresentado em momento único, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de divulgação do ato de habilitação ou inabilitação.

12.2.2. Os recursos deverão ser encaminhados pelo meio eletrônico: deamenut@educaco.sp.gov.br (setor de licitações).

12.2.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

- 12.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 1 (um) dia útil, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.2.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.2.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico deamenut@educacao.sp.gov.br.
- 12.2.7. Exaurida a fase recursal, será observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2.8. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto ao fornecedor vencedor e homologará o procedimento.
- 12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 12.10. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 12.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 12.12.1. ANEXO I - *Termo de Referência*
- 12.12.2. ANEXO II – *Modelo(s) de Planilha de Proposta*
- 12.12.3. ANEXO III – *Modelo(s) de Declaração(ões);*
- 12.12.4. ANEXO VI – *Planilha orçamentária*

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Professor de Ed. Básica II

REGINALDO JOSE GARNICA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 31/07/2025 às 11:03:27.

Despacho: Dirigente Regional de Ensino

HAROLDO RAMOS TEIXEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 31/07/2025 às 11:04:11.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXOS I,II,III,IV.pdf (3.93 MB)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA
Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

ANEXO i

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 015.00375230/2025-18)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (se
1	<i>Forno Microondas Na Cor Branca 515x315x405 Mm Capacidade 34 Litros Forno; Domestico; Funcionamento Eletrico; Em Aco Esmaltado, Com Pintura Na Cor Branca; Modelo Microondas; Medindo Aproximadamente 515 x 315 x 405 Mm (tolerancia +/- 10%); Capacidade para 34 Litros; Com Prato Giratorio, Trava de Seguranca, 10 Niveis de Potencia, Painel de Memoria Programavel; Com Descongelamento de Pratos Prontos, Relogio; Com 1 Camara Interna;</i>	6326340	UNIDADE	1	R\$ 875,97	R\$ 875,97

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico –
v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP

Telefone- (19) 3471-6100

	<i>Isolada Em La de Vidro; Pes Fixos; Contem Controlador Atraves de Timer; Voltagem 110 V, Potencia Minima de 800w; Garantia Minima de 12 Meses Apos a Data de Entrega do Equipamento, Manual de Instrucao;</i>					
2	REFRIGERADOR DOMESTICO DUPLEX,FROST-FREE,CAPACIDAD E LIQ. MIN.DE 450L - Voltagem: 110- ATIVO: MODELO: DUPLEX FROST-FREE;CAPACIDAD E: CAPACIDADE LIQUIDA MIN. DE 450L;COR: NA COR BRANCA;COMPARTIMENTO INTERNO: C/PRATELEIRAS, GAVETAS, COMPARTIMENTO NA PORTA, CONGELAMENTO RAPIDO,ALARME DE PORTA ABERTA;DIMENSA O: ;POTENCIA: COM POTENCIA	3261743	UNIDADE	1	R\$ 3.818,60	R\$ 3.818,60

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP

Telefone- (19) 3471-6100

	<p>DE MINIMA DE80W;CONSUM O: CONSUMO MEDIO DE 58KWH/MES;VOLT AGEM: NA VOLTAGEM DE 110V;PESO: ;ACESSORIOS: COM FORMA DE GELO,CONSOLE, THERMOSTATO, LUZ,BASE COM PES ESTABILIZADORE S E RODIZIOS;GARAN TIA: PRAZO DE GARANTIA MINIMODE 12 MESES;LEGISLAC AO: FABRICACAO DE ACORDO COMAS NORMAS VIGENTES;SELO PROCEL: COM SELO PROCEL "A";</p>					
3	<p>Refrigerador Domestico, Frigobar, Branco, 110v, Minimo 120 litros - Refrigerador Domestico; Tipo Frigobar; Capacidade Minima 117 Litros; Na Cor Branca; Com Prateleiras, Gaveta, Porta Latas e Garrafas</p>	5944503	UNIDADE	2	R\$ 1.487,85	R\$ 2.975,71

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico –
v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

	<i>Ecompartimento para Frios; Medindo Aprox: (86,00 x 47,00 x 44,50)cm = (a x Lx P); Potencia Minima 108w; Consumo Minimo de 14,1 Kw/h; 110 V; Peso Aproximado de 20kg; Com Manual de Instrucoes Em Portugues; Com Garantia Minima de 12 Meses; Com Selo Procel Classificacao A;</i>					
4	<i>Cadeira Giratoria Modelo Presidente Preta (Cadeira Giratoria; Tipo Concha Dupla Continua, de Forma Retangular, Com Curvatura Lombar, Encosto Em Quadro Injetado; de Resina de Engenharia, Assento Estruturado Em Compensado Multilaminado, Espessura Minima de 15 Mm; Revestidos Em Tela Flexivel de Poliester (tela Mesh), Assento Em Couro Ecologico; Na Cor Preta; Apoio de</i>	5467296	UNIDADE	1	R\$ 1.211,66	R\$ 1.211,66

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP

Telefone- (19) 3471-6100

<p><i>Cabeca Com Ajuste de Inclinação e Altura, Apoio Lombar Com Regulagem de Altura; Estofamento Em Espuma Injetada de Poliuretano (assento); Apresentando Densidade de 50 Kg/m³; Espaldar Alto (modelo Presidente), Medidas 1110/1230 x 690x 690 Mm (altura x Largura x Profundidade); Com Encosto Medindo No Mínimo 450 x 800 Mm (largura x Altura); e Assento Medindo No Mínimo 510 x 480 Mm (largura x Profundidade); Bracos Em Formato t Com Inclinação para a Frente, apoia Braco Em Polipropileno; Regulagem Atraves de Botao Frontal Sob o Apoia Braco; Encosto Com Ajuste de Tensao de Reclinio Automatico, Com Multi Paradas, Sistema Anti Impacto; e Regulagem do</i></p>					
--	--	--	--	--	--

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP

Telefone- (19) 3471-6100

	<i>Assento de Altura Por Pistão a Gas e Regulagem de Profundidade; Tubo Central Em Aço Com Acabamento Em Pintura Na Cor Preta, Pistão Cromado Classe 4, Com 120 Mm de Curso; Base Formada Por Estrela Piramidal 5 Pontas, Rodízios Duplos Em Poliuretano (anti-risco); Fabricada Em Alumínio Injetado; Acabamento Natural; Polido; Com Prazo de Garantia de No Mínimo 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas Vigentes;)</i>					
5	<i>Cadeira Giratoria Compensado Poliester Azul Marinho - (Cadeira Giratoria; Concha Dupla; Com Encosto e Assento Confeccionados Em Compensado Multilaminado Moldado Anatomicamente; Com Espessura de 12mm; Revestidos</i>	6275559	UNIDADE	25	R\$ 608,02	R\$ 15.200,50

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP

Telefone- (19) 3471-6100

<p><i>Em Tecido 100% Poliéster; Na Cor Azul Marinho; Acabamento Com Bordas Arredondadas e Sem Arestas; Estofamento Em Estofamento Em Espuma Injetada de Poliuretano Espessura de 45mm No Assento e 35mm No Encosto; Apresentando Densidade de 50kg/m3 No Assento e 45kg/m3 No Encosto; Espaldar Alto; Com Encosto Medindo No Minimo (450 x 610)mm; e Assento Medindo No Minimo (480 x 490)mm; Apoia-bracos Em Polipropileno Texturizado; Com Regulagem de Altura; Encosto Com Regulagem de Altura; e Regulagem Pneumatica (a Gas) de Altura do Assento; Tubo Central Em Aco; Com Capa de Protecao Em Polipropileno Injetado; Base Formada Por 05</i></p>					
--	--	--	--	--	--

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico –
v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP

Telefone- (19) 3471-6100

	<i>Patatas Com Rodizios Duplos de Poliamida; Base Em Aco; Acabamento Com Pintura Eletrostatica Com Tinta Po; Na Cor Preta; Com Prazo de Garantia de No Minimo 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas Abnt/nbr Vigentes;)</i>					
6	<i>Fogao, Eletrico, de Mesa, Inox, 2bocas, Placa P/aquecer, Chave de Calor, 110v - Fogao Domestico; de Mesa, Eletrico; Em Aco Inox; Alimentacao Eletrica 110v; Com 2 Bocas; Placas Aquecedores; (hot Plate), Com Diametro de 180 Mm; Contendo Chave de Controle de Calor; Aara 3 Niveis de Calor: Minimo, Medio e Maximo; Indicados No Painel de Controle; Com Pes Niveladores Em Borracha; o Produto Devera Estar de Acordo Com As</i>	3242285	UNIDADE	2	R\$ 209,93	R\$ 419,86

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

	<i>Normas Nbr de Seguranca Vigentes; Acompanha Manual de Instrucao Em Portugues; Garantia Minima de 12 Mesess a Patir Da Data de Entrega do Produto; Estar de Acordo Com Nbr-13723:1 e 2/03 e Atualizacoes;</i>					
7	<i>Cadeira Giratoria Concha Dupla, Capacidade Ate 170 Kg, Preta (Cadeira Giratoria; Concha Dupla, Capacidade Ate 170 Kg; Revestidos Em Couro Sintetico Ou Polipropileno; Na Cor Preta; Apresentando Densidade de Minima D-33; Espaldar Medio; Com Encosto Medindo No Minimo 530 x 490 Mm (l x A); e Assento Medindo No Minimo 530 x 460 Mm (l x A); Com Bracos; Bracos Fixos; Mecanismo de Inclinacao do Encosto; e Regulagem de Altura do Assento;</i>	6502512	UNIDADE	1	R\$ 1.124,51	R\$ 1.124,51

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico –
v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

	<i>Tube Central Em Aço; Base Formada Por 05 Patas; Base Giratoria Confeccionada Em Aço; Acabamento Em Pintura Eletrostatica Com Tinta Po; Base Na Cor Preta; Com Prazo de Garantia de No Minimo 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas e Legislação Vigente)</i>					
8	<i>Condicionador de Ar do Tipo Split, Hi-wall, Inverter, 9000 Btus - Condicionador de Ar; do Tipo Split, Hi-wall, Inverter; Com Capacidade: 9.000 Btus; Operacao: Frio; Vazao de Ar de 414 M3 H; Com Filtro do Tipo Removivel, Lavavel; Voltagem: 220v; Com Consumo Aproximado de Eficiencia Energetica de 3,8w; Com Selo Procel, Classificacao Energetica A; Funcoes: Refrigeracao Rapida,</i>	4188497	UNIDADE	1	R\$ 2.469,31	R\$ 2.469,31

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP

Telefone- (19) 3471-6100

	<i>Refrigeracao Suave; Com Baixo Ruido e Display de Led; Equipamento Composto de 1 Unidade Condensadora Externa e 1 Unidade Evaporadora Interna; Com Utilizacao do Gas R410a; Gabinete Confeccionado Em Confeccionado Em Polipropileno; Medindo Aproximadamente Externas: 650x511x230mm, Internas: 870x290x200mm; Fornecido Com Controle Remoto Sem Fio; Manual de Instrucoes e Certificado de Garantia Em Portugues, Certificado de Garantia Com Prazo Minimo de 12 Meses a Partir Da Entrega; Equipamento Fabricado de Acordo Com As Normas Nbr 16401;</i>					
9	<i>Sistema de Microfone Sem Fio 02 Microfones de</i>		<i>UNIDADE</i>	<i>2</i>	<i>R\$ 654,33</i>	<i>R\$ 1.308,67</i>

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico –
v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP

Telefone- (19) 3471-6100

<p><i>Mao e Receptor - Especificação Técnica:</i></p> <p><i>Sistema de Microfone Sem Fio; Duplo Wireless, Composto Por 02 Microfones de Maoe Receptor; Banda Z14 Brasil, Alcance de Frequencia de 1.910 a 1.920mhz, Capacidade para 08 Dispositivos; Alcance de Ate 50 Metros de Distancia, Base Com Led Indicador de Carga Da Bateria; Processamento de Áudio Digital de 24 Bits / 48khz; Cardioide; Latência Nominal de 18ms; Transmissão de Rádio Tdma, Desvio Máximo de 365 Khz, Com Bateria Embutida; Manual Em Português;</i></p>	6484891				
---	---------	--	--	--	--

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP

Telefone- (19) 3471-6100

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.3. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.4. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos se justifica para atender a demanda e suprir as necessidades da Diretoria de Ensino Região de Americana, 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

1.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

Item 1 - Forno Microondas Na Cor Branca Capacidade 34 Litros

I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-000001/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 28/06/2024;

III) Id do item no PCA: 294;

IV) Classe/Grupo: 7310;

V) Identificador da Futura Contratação: 990016-248/2025.

Item 2 - REFRIGERADOR DOMESTICO DUPLEX, FROST-FREE, CAPACIDADE LIQ. MIN.DE 450L - Voltagem: 110

I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-000001/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 28/06/2024;

III) Id do item no PCA: 296;

IV) Classe/Grupo: 4110;

V) Identificador da Futura Contratação: 990016-250/2025

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA
Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

Item 3 - Refrigerador Domestico, Frigobar, Branco, 110v, Mínimo 120 litros

- I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 28/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 296;
- IV) Classe/Grupo: 4110;
- V) Identificador da Futura Contratação: 990016-250/2025

Item 4 - Cadeira Giratoria Modelo Presidente Preta

- I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 28/06/2024;
- III) Id do item no PCA:147 ;
- IV) Classe/Grupo: 7110;
- V) Identificador da Futura Contratação: 990016-27/2025

Item 5 - Cadeira Giratoria Compensado Poliester Azul Marinho

- I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 28/06/2024;
- III) Id do item no PCA:147 ;
- IV) Classe/Grupo: 7110;
- V) Identificador da Futura Contratação: 990016-27/2025

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA
Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

Item 6 - Fogão, Elétrico, de Mesa, Inox, 2bocas, Placa P/aquecer, Chave de Calor, 110v - Fogão Doméstico

- I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 28/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 294;
- IV) Classe/Grupo: 7310;
- V) Identificador da Futura Contratação: 990016-248/2025.

Item 7 - Cadeira Giratória Concha Dupla, Capacidade Até 170 Kg, Preta

- I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 28/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 147 ;
- IV) Classe/Grupo: 7110;
- V) Identificador da Futura Contratação: 990016-27/2025

Item 8 - Condicionador de Ar do Tipo Split, Hi-wall, Inverter, 9000 Btus

- I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 28/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 307;
- IV) Classe/Grupo: 4120;
- V) Identificador da Futura Contratação: 990016-257/2025

Item 9 - Sistema de Microfone Sem Fio 02 Microfones de Mao e Receptor

- I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-000001/2025;

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

- II) Data de publicação no PNCP: 28/06/2024;
- III) Id do item no PCA:311 ;
- IV) Classe/Grupo:5965 ;
- V) Identificador da Futura Contratação: 990016-242/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

.31. A descrição da solução como um todo encontra-se neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -15448-1 e15448-2.

4.1.2. Que sejam observado os requisitos ambientais para a obtenção de certificado do instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - IMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.3. Que os bens devam ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, e forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021,

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados dos a partir da emissão da nota de empenho.

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP

Telefone- (19) 3471-6100

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Duque de Caxias, 600- Santa Catarina – Americana – São Paulo/SP – CEP 13466-320 de segunda a sexta feira das 8h às 16h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

Fiscalização Administrativa

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

Gestor do Contrato

6.7. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

6.8. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.9. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Liquidação

7.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.5.1. o prazo de validade;

7.5.2. a data da emissão;

7.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.5.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.5.5. o valor a pagar; e

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

7.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.13. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.14. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

Forma de pagamento

7.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.15.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.17. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024.

Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.2. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a) Sicaf;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.3. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.6. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP

Telefone- (19) 3471-6100

de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz[ESP1] .

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

8.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.12. Pessoa física : cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.13. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.14. Microempreendedor Individual - MEI : Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.15. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.16. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.17. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.19. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.20. Agricultor familiar : Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023;

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

8.21. Produtor rural pessoa física : matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (arts. 15 a 17 e 146);

8.22. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.27. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.29. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.30. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.31. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.32. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico –
v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.33. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.34. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.34.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Qualificação Técnica

8.35. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.35.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

Outras comprovações

8.36. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.36.1. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.36.2. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.36.3. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

8.37. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.37.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

8.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.37.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.37.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.37.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

8.37.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.37.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 29.404,77 (vinte e nove mil, quatrocentos e quatro mil e setenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos [na tabela acima] OU [em anexo]. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/080290;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 12122081561780000;

IV) Elemento de Despesa: 44905234;

V) Plano Interno: 080103.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Americana 30 de julho de 2025

Objeto: Aquisição de Materiais Permanentes para Diretoria de Ensino e Núcleo Pedagógico – v.2/2025 – 07-07-2025 – Com disputa eletrônica e sem contrato



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

Reginaldo José Garnica

Responsável pela Elaboração



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

AEXO II
Modelo(s) de Planilha de Proposta

TIMBRE DA EMPRESA

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do fornecedor _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº 90014/2025, Processo nº 015.00375230/2025-18, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE AMERICANA

Rua Duque de Caxias, nº 600 - Santa Catarina- Americana/SP
Telefone- (19) 3471-6100

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do fornecedor)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº 90014/2025, Processo nº 015.00375230/2025-18 DECLARO, sob as penas da Lei, que o fornecedor:

a) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da [Constituição Federal](#).

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS – DECRETO Nº. DECRETO Nº. 67.888/2023

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	EMPRESA 1 (VALOR UNITARIO)	EMPRESA 2 (VALOR UNITARIO)	EMPRESA 3 (VALOR UNITARIO)	VALOR MÉDIO POR ITEM	TOTAL
1	<p>BEC: 6326340 / GOV: 4521463</p> <p>Forno Microondas Na Cor Branca 515x315x405 Mm Capacidade 34 Litros Forno; Domestico; Funcionamento Elétrico; Em Aço Esmaltado, Com Pintura Na Cor Branca; Modelo Microondas; Medindo Aproximadamente 515 x 315 x 405 Mm (tolerancia +/-10%); Capacidade para 34 Litros; Com Prato Giratorio, Trava de Seguranca, 10 Niveis de Potencia, Painel de Memoria Programavel; Com Descongelamento de Pratos Prontos, Relogio; Com 1 Camara Interna; Isolada Em La de Vidro; Pes Fixos; Contem Controlador Atraves de Timer; Voltagem 110 V, Potencia Minima de 800w; Garantia Minima de 12 Meses Apos a Data de Entrega do Equipamento, Manual de Instrucao;</p>	1	<p style="text-align: center;">MAGALU</p> <p>https://www.magazineleuza.com.br/micro-ondas-electrolux-34-litros-meo44/p/eg3ff4ba14/ed/mond/ Acesso em 21/05/2025</p> <p style="text-align: center;">R\$ 749,90</p>	<p style="text-align: center;">CONTINENTAL</p> <p>https://www.continentalbrasil.com.br/micro-ondas-branco-34-litros-com-funcao-descongelar-mc34b-continental/p?skuld=2004294 Acesso em 21/05/2025 às 11h10</p> <p style="text-align: center;">R\$ 879,00</p>	<p style="text-align: center;">FRIGELAR</p> <p>https://www.frigelar.com.br/micro-ondas-philco-34l-branco-pmo34bb-110v/p/kit5470 Acesso em 21/05/2025 às 11h15</p> <p style="text-align: center;">R\$ 999,00</p>	R\$ 875,97	R\$ 875,97
2	<p>BEC:3261743/ GOV: 304516</p> <p>REFRIGERADOR DOMESTICO DUPLEX,FROST-FREE,CAPACIDADE LIQ. MIN.DE 450L - Voltagem: 110- ATIVO: MODELO: DUPLEX FROST-FREE;CAPACIDADE: CAPACIDADE LIQUIDA MIN. DE 450L;COR: NA COR BRANCA;COMPARTIMENTO INTERNO: C/PRATELEIRAS,GAVETAS, COMPARTIMENTO NA PORTA, CONGELAMENTO RAPIDO,ALARME DE PORTA ABERTA;DIMENSAO: ;POTENCIA: COM POTENCIA DE MINIMA DE80W;CONSUMO: CONSUMO MEDIO</p>	1	<p style="text-align: center;">CONSUL</p> <p>https://www.consul.com.br/geladeira-consul-frost-free-duplex-com-espaco-flex-e-painel-eletronico-externo-451-litros-cor-branca-crm56fb/p?idsku=326125107&gad_source=1&gbraid=0AAAAADJ0EzBWnmoGS7HGRh2D3QOAO2V45&gclid=Cj0KCQjwIMfABhCWARIsADGXdy_67egqNtxsHDWgM1S3hpEe0DDN3EARgdMv0EvKT8CfvvgJRmHro5EaApRaEALw_w Acesso em 21/05/2025</p> <p style="text-align: center;">cB</p> <p style="text-align: center;">R\$ 3.699,00</p>	<p style="text-align: center;">COLOMBO</p> <p>https://www.colombo.com.br/produto/Eletrodomesticos/Geladeira-Consul-Frost-Free-Duplex-Prateleira-3-em-1-451-Litros-Branca-CRM53FB?adtype=pla&portal=94E1821971F41D59A7A158C8ABE886&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=pmax_1p_eletrodomesticos&gad_source=1&gbraid=0AAAAADt5EmxmHgwHR2DXA88zg7Snx1gWz&gclid=Cj0KCQjwIMfABhCWARIsADGXdy8LUKeJqBvGyiQyZv9C8-7ZCd6_LtcCs9bmgITdhQZ2A3HhLBogUcaAnR6EALw_wcB&cor=Branco-seller-1 Acesso em 21/05/2025</p> <p style="text-align: center;">R\$ 4.099,00</p>	<p style="text-align: center;">PONTO FRIO</p> <p>https://www.pontofrio.com.br/geladeira-consul-frost-free-crm50lb-duplex-branca-com-funcao-turbo-iluminacao-em-led-e-filtro-antiodor-410-litros/p/55068389?utm_medium=cpc&utm_source=GP_PLA&idSku=55068389&idLojista=16&tipoLojista=1P&gclid=Cj0KCQjwIMfABhCWARIsADGXdy8LUKeJqBvGyiQyZv9C8-7ZCd6_LtcCs9bmgITdhQZ2A3HhLBogUcaAnR6EALw_wcB Acesso em 21/05/2025</p> <p style="text-align: center;">R\$ 3.657,79</p>	R\$ 3.818,60	R\$ 3.818,60

4	<p>Com Ajuste de Inclinação e Altura, Apoio Lombar Com Regulagem de Altura; Estofamento Em Espuma Injetada de Poliuretano (assento); Apresentando Densidade de 50 Kg/m3; Espaldar Alto (modelo Presidente), Medidas 1110/1230 x 690x 690 Mm (altura x Largura x Profundidade); Com Encosto Medindo No Mínimo 450 x 800 Mm (largura x Altura); e Assento Medindo No Mínimo 510 x 480 Mm (largura x Profundidade); Bracos Em Formato t Com Inclinação para a Frente, apoia Braco Em Polipropileno; Regulagem Atraves de Botao Frontal Sob o Apoio Braco; Encosto Com Ajuste de Tensao de Reclinio Automatico, Com Multi Paradas, Sistema Anti Impacto; e Regulagem do Assento de Altura Por Pistao a Gas e Regulagem de Profundidade; Tubo Central Em Aco Com Acabamento Em Pintura Na Cor Preta, Pistao Cromado Classe 4, Com 120 Mm de Curso; Base Formada Por Estrela Piramidal 5 Pontas, Rodizios Duplos Em Poliuretano (anti-risco); Fabricada Em Aluminio Injetado; Acabamento Natural; Polido; Com Prazo de Garantia de No Mínimo 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas Vigentes;)</p>	1	R\$ 1.449,99	R\$ 1.200,00	R\$ 985,00	R\$ 1.211,66	R\$ 1.211,66
5	<p>BEC: 6275559/ GOV: 338670</p> <p>Cadeira Giratoria Compensado Poliester Azul Marinho - (Cadeira Giratoria; Concha Dupla; Com Encosto e Assento Confeccionados Em Compensado Multilaminado Moldado Anatomicamente; Com Espessura de 12mm; Revestidos Em Tecido 100% Poliester; Na Cor Azul Marinho; Acabamento Com Bordas Arredondadas e Sem Arestas; Estofamento Em Estofamento Em Espuma Injetada de Poliuretano Espessura de 45mm No Assento e 35mm No Encosto; Apresentando Densidade de 50kg/m3 No Assento e 45kg/m3 No Encosto; Espaldar Alto; Com Encosto Medindo No Mínimo (450 x 610)mm; e Assento Medindo No</p>	25	<p>MADEIRA MADEIRA</p> <p>https://www.madeiramadeira.com.br/cadeira-ergonomica-executiva-nr17-back-system-escritorio-tecido-944589591.html?origem=pl-944589591&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_content=cadeiras-para-escritorio-5034&utm_term=&utm_id=17653760845&ad_source=1&gbraid=0AAAAADr4g_EYUapVUC74QnXaXomH-4ggF&gclid=Cj0KCCQjwIMfABhCWARIsADGXdy8-zp9-gT0vEXYR8AZ1680BuX1mLWuqvN9pUHA6iDD6kFXvvAgu8aAq-tEALw_wcB</p> <p>Acesso em 21/05/2025</p>	<p>FLEXFORM</p> <p>https://www.flexform.com.br/cadeiras/cadeiras-de-escritorio/cadeira-plus-dark-blue</p> <p>Acesso em 21/05/2025</p>	<p>IGFLEX</p> <p>https://www.i9flex.com.br/cadeira-executiva-com-braco/prod-93732/?gad_source=1&gclid=Cj0KCCQjwIMfABhCWARIsADGXdy8r_RF9TSAZMShrlx5UaFV78RUqhyQdRibC3cl1ZpbxLX7IC3mieeQaAr7nEALw_wcB</p> <p>Acesso em 92/04/2025</p>	R\$ 608,02	R\$ 15.200,50

	<p>Mínimo (480 x 490)mm; Apoia-bracos Em Polipropileno Texturizado; Com Regulagem de Altura; Encosto Com Regulagem de Altura; e Regulagem Pneumatica (a Gas) de Altura do Assento; Tubo Central Em Aco; Com Capa de Protecao Em Polipropileno Injetado; Base Formada Por 05 Patas Com Rodizios Duplos de Poliamida; Base Em Aco; Acabamento Com Pintura Eletrostatica Com Tinta Po; Na Cor Preta; Com Prazo de Garantia de No Mínimo 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas Abnt/nbr Vigentes;)</p>		R\$ 559,99	R\$ 764,10	R\$ 499,97		
6	<p>BEC: 3242285/ GOV: 607297</p> <p>Fogao, Eletrico, de Mesa, Inox, 2bocas, Placa P/aquecer, Chave de Calor, 110v - Fogao Domestico; de Mesa, Eletrico; Em Aco Inox; Alimentacao Eletrica 110v; Com 2 Bocas; Placas Aquecedores; (hot Plate), Com Diametro de 180 Mm; Contendo Chave de Controle de Calor; Aara 3 Niveis de Calor: Mínimo, Medio e Maximo; Indicados No Painel de Controle; Com Pes Niveladores Em Borracha; o Produto Devera Estar de Acordo Com As Normas Nbr de Seguranca Vigentes; Acompanha Manual de Instrucao Em Portugues; Garantia Mínima de 12 Meses a Patir Da Data de Entrega do Produto; Estar de Acordo Com Nbr-13723:1 e 2/03 e Atualizacoes;</p>	2	<p>CASA\$VIDEO</p> <p>https://www.casaevideo.com.br/fogao-de-mesa-eletrico-2-bocas-ffg01-fama-inox-127v/p?idsku=2434305&gad_source=1&gclid=0AAAAADurMIGUISCpy9B3sqvB71PZAdEA</p> <p>Acesso em 21/05/2025</p> <p>R\$ 249,90</p>	<p>TORRES CABRAL</p> <p>https://www.torrescabral.com.br/fogao-elet-mesa-2-bocas-fm-01-2000w-127v-agratto?parceiro=3933&gad_source=1&gclid=0AAAAAABSdUTuOFhfn2cgiEz1YKvP1waOVZ</p> <p>Acesso em 21/05/2025</p> <p>R\$ 186,99</p>	<p>MAGALU</p> <p>https://www.magazineluiza.com.br/fogao-2-bocas-de-mesa-eletrico-agratto-inox-127v-agratto/p/kfkf90g07g/ed/fg2b/?&seller_id=mapeuniverso&utm_source=google&utm_m</p> <p>Acesso em 21/05/2025</p> <p>R\$ 192,90</p>	R\$ 209,93	R\$ 419,86
	BEC:6502512 /GOV:624616		CADEIRA BRASIL	MAGALU	FLEX CADEIRAS		

7	<p>Cadeira Giratoria Concha Dupla, Capacidade Ate 170 Kg, Preta (Cadeira Giratoria; Concha Dupla, Capacidade Ate 170 Kg; Revestidos Em Couro Sintetico Ou Polipropileno; Na Cor Preta; Apresentando Densidade de Minima D-33; Espaldar Medio; Com Encosto Medindo No Minimo 530 x 490 Mm (l x A); e Assento Medindo No Minimo 530 x 460 Mm (l x A); Com Bracos; Bracos Fixos; Mecanismo de Inclinaçao do Encosto; e Regulagem de Altura do Assento; Tubo Central Em Aço; Base Formada Por 05 Patas; Base Giratoria Confeccionada Em Aço; Acabamento Em Pintura Eletrostatica Com Tinta Po; Base Na Cor Preta; Com Prazo de Garantia de No Minimo 12 Meses; Fabricada de Acordo Com As Normas e Legislaçao Vigente)</p>	1	<p>https://www.cadeirabrasil.com.br/produtos/cadeira-diretor-giratoria-escritorio-suporta-150-kgs-bigger-size-plus-cadeira-brasil-bgd01?utm_source=Site&utm_medium=GoogleMerchant&utm_campaign=GoogleMerchant&sku=BGD01N_C052&gad_source=1&gad_campaignid=20631812583&gbraid=0AAAAACtiNUdOoANRLxSxa63BjzI-TPYWV&gclid=CjwKCAjwz_bABhAGEiWAm-P8YSQ337bty2j03m3P72ePafjNSAut4f5frzeU3f1BGVv60w9O5t12rBoCdsgQAvD_BwE</p> <p>Acesso em 21/05/2025</p> <p>R\$ 1.313,91</p>	<p>https://www.magazineluiza.com.br/cadeira-giga-obeso-giratoria-ate-160kg-dvl-office/p/hf7e7dkab7/mo/cres/?&seller_id=dvlofficecadeiraseestofados&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=76247&utm_campaign=google_eco_per_ven_pla_ind_sor_3p_pi&utm_content=&partner_id=76247&gclid=aw.ds&gad_source=1&gad_campaignid=21273240181&gbraid=0AAAAAD4zZmSpO1yaU6WC_M7cePZ4qzfv7&gclid=CjwKCAjwz_bABhAGEiWAm-P8YfkeM7jep7F_ihiZOobGtMbBisREzCpZ166Vu4SN8KR8LFXEpHOnhRoCHdwQAvD_BwE</p> <p>Acesso em 21/05/2025</p> <p>R\$ 749,90</p>	<p>https://www.flexcadeiras.com.br/produto/cadeira-obeso-belluno-plus-size-giratoria-relax.html?utm_source=Site&utm_medium=GoogleMerchant&utm_campaign=GoogleMerchant&sku=841003011-pret0&gad_source=1&gad_campaignid=17339169019&gbraid=0AAAAABZ3uNdls_vNISWF1W38Tfm9tRr-f&gclid=CjwKCAjwz_bABhAGEiWAm-P8Ya80la4t7VAP6KuT41IAdZ-1n2vpA8TBWjcyttX4Az0KusLde94T_BoCZPAQAvD_BwE</p> <p>Acesso em 21/05/2025</p> <p>R\$ 1.309,71</p>	R\$ 1.124,51	R\$ 1.124,51
8	<p>BEC: 4188497 / GOV: 619108</p> <p>Condicionador de Ar do Tipo Split, Hi-wall, Inverter, 9000 Btus - Condicionador de Ar; do Tipo Split, Hi-wall, Inverter; Com Capacidade: 9.000 Btus; Operacao: Frio; Vazao de Ar de 414 M3 H; Com Filtro do Tipo Removivel, Lavavel; Voltagem: 220v; Com Consumo Aproximado de Eficiencia Energetica de 3,8w; Com Selo Procel, Classificacao Energetica A; Funcoes: Refrigeracao Rapida, Refrigeracao Suave; Com Baixo Ruído e Display de Led; Equipamento Composto de 1 Unidade Condensadora Externa e 1 Unidade Evaporadora Interna; Com Utilizacao do Gas R410a; Gabinete Confeccionado Em Confeccionado Em Polipropileno; Medindo Aproximadamente Externas: 650x511x230mm, Internas: 870x290x200mm; Fornecido Com Controle Remoto Sem Fio; Manual de Instrucoes e Certificado de Garantia Em Portugues, Certificado de Garantia Com Prazo Minimo de 12 Meses a Partir Da Entrega; Equipamento Fabricado de Acordo Com As Normas Nbr 16401;</p>	1	<p>POLAR AR CONDICIONADO</p> <p>https://www.polar.com.br/ar-condicionado-split-hw-springer-midea-airvolution-connect-inverter-9000-btus-frio-220v-r32/p?idsku=1348&gad_source=1&gbraid=0AAAAADvhYgahGbr8AQtxAAa7VCwt3K9VD&gclid=Cj0KcQiw8cHABhC-ARIsAJnY12yq7pflcNtx2w6k2_BkIpFnEKDPXywdguREgunKYp-20I3Lmml8urkaAp-8EALw_wcB</p> <p>Acesso em 21/05/2025</p> <p>R\$ 2.564,51</p>	<p>MAGALU</p> <p>https://www.magazineluiza.com.br/ar-condicionado-hi-wall-lg-dual-inverter-voice-ai-9-000-btus-frio-220v-r-32/p/fe2f5gg702/ar/ativ/?utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=bing_eco_per_ven_sho_arp_sor_4p_ar_std&partner_id=76178&utm_term=76178&gclid=942a1bee8805161e2e1c73c350b521d2&gclidsrc=3p.ds&msclkid=942a1bee8805161e2e1c73c350b521d2</p> <p>Acesso em 21/05/2025</p> <p>R\$ 2.453,41</p>	<p>MANCHESTER AUTOMAÇÃO</p> <p>https://www.manchesterautomacao.com.br/ar-condicionado-split-inverter-lg-hi-wall-dual-compact-9000-btus-frio-220v-s3nq09aaqal?utm_source=Site&utm_medium=GoogleMerchant&utm_campaign=GoogleMerchant&gad_source=1&gbraid=0AAAAADrBC5-5vJUXYocUnq0zw2cnLkHid&gclid=Cj0KcQjw8cHABhC-ARIsAJnY12wCqRvhY14FRyXDH2AGxULVvggTo-</p> <p>Acesso em 21/05/2025</p> <p>R\$ 2.390,00</p>	R\$ 2.469,31	R\$ 2.469,31
	Bec: 6484891 / Gov:		MAGALU	KABUM	ACÚSTICO		

